

METODOLOGIA DA PRÁTICA DIALÉTICA: Quadro de Análise Dialética

Políticas Sociais ou Instrumentos Legais – Lei n.812 de 24 de julho de 1991 -

Lei Orgânica da Seguridade Social

Demanda	Processos sociais e / ou categorias identificadas a partir da demanda	Finalidade	Objetivo	Objeto	Objetivos operacionais	Objeto e sua relação com os processos sociais e / ou categorias imbricados na Questão Social
Universalidade da cobertura e do atendimento	‘todas as expressões da Questão Social’ manifestadas na vida dos sujeitos.	Assegurar o direito relativo a saúde, a previdência e assistência social.	Universalidade da cobertura e do atendimento. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços as populações urbanas e rurais. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços. Irredutibilidade do valor dos benefícios. Equidade na forma de participação no custeio. Diversidade da base de financiamento. Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.	Universalidade da cobertura e do atendimento.	A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos do artigo 195 da Constituição Federal e desta Lei, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais.	‘todas as expressões da Questão Social’ manifestadas na vida dos sujeitos.

METODOLOGIA DA PRÁTICA DIALÉTICA: Quadro de Análise Dialética

Políticas Sociais ou Instrumentos Legais – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988						
Demanda	Processos sociais e / ou categorias identificadas a partir da demanda	Finalidade	Objetivo	Objeto	Objetivos operacionais	Objeto e sua relação com os processos sociais e / ou categorias imbricados na Questão Social
<p>Todos são iguais perante a Lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.</p>	<p>Todas as expressões d Questão Social manifestadas na vida dos sujeitos.</p>	<p>Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.</p>	<p>Construir uma sociedade livre, justa e solidária. Garantir o desenvolvimento nacional. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação.</p>	<p>Todos são iguais perante a Lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.</p>	<p>Independência nacional. Prevalência dos direitos humanos. Autodeterminação dos povos. Não intervenção. Igualdade entre os Estados. Defesa da Paz. Solução pacífica dos conflitos. Repúdio ao terrorismo e ao racismo. Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Concessão de asilo político.</p>	<p>Todas as expressões da Questão Social manifestadas na vida dos sujeitos.</p>

METODOLOGIA DA PRÁTICA DIALÉTICA: Quadro de Análise Dialética

Políticas Sociais ou Instrumentos Legais – Lei n. 10741 de 1 de outubro de 2003						
Demanda	Processos sociais e / ou categorias identificadas a partir da demanda	Finalidade	Objetivo	Objeto	Objetivos operacionais	Objeto e sua relação com os processos sociais e / ou categorias imbricados na Questão Social
Regular os direitos assegurados as pessoas com idade igual ou superior aos sessenta anos.	Violência intrafamiliar, institucional e comunitária. Preconceito. Precarização das Políticas Públicas. A não garantia de direitos previsto em Lei. Abandono. Exploração financeira. Invisibilidade social, Conselho do Idoso, Centros de Convivência, dentre outros	Assegurar por Lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.	Atendimento preferencial e imediato junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços a população.	Regular os direitos assegurados as pessoas com idade igual ou superior aos sessenta anos.	Faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais. Opinião e expressão. Crença e culto religioso. Prática de esportes e diversões. Participação na vida familiar e comunitária. Participação na vida política, na forma da Lei. Faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.	Violência intrafamiliar, institucional e comunitária. Preconceito. Precarização das Políticas Públicas. A não garantia de direitos prevista em Lei. Abandono. Exploração financeira. Invisibilidade social. Conselho do Idoso. Centros de Convivência, dentre outros.

METODOLOGIA DA PRÁTICA DIALÉTICA: Quadro de Análise Dialética

Políticas Sociais ou Instrumentos Legais – Estatuto dos Funcionários do Município de Rio Verde, GO						
Demanda	Processos sociais e / ou categorias identificadas a partir da demanda	Finalidade	Objetivo	Objeto	Objetivos operacionais	Objeto e sua relação com os processos sociais e / ou categorias imbricadas na Questão Social
Regulamentação do regime jurídico dos funcionários do município de Rio Verde.	Ser brasileiro. Estar em dia com suas obrigações eleitorais e militares. Idade mínima de 18 anos. Ter nível de escolaridade ou habilitação legal para o exercício do cargo. Estar em gozo dos direitos políticos. Possuir aptidão física e mental.	Assegurar a plena mobilidade e progressão funcionais.	O servidor legalmente investido em cargo de provimento efetivo ou em comissão com denominação, função e vencimentos próprios.	Regulamentação do regime jurídico dos funcionários do município de Rio Verde.	Publicação de cargos e das vagas. Elaboração dos editais que deverão conter os critérios, os programas e demais elementos indispensáveis. Dará publicidade da relação dos candidatos concorrentes cujas inscrições tiverem sido deferidas e das indeferidas se for o caso. Decidirá sobre questões relativas as inscrições. Publicará a relação de candidatos aprovados obedecida a ordem de classificação até 60 dias após a realização do concurso.	Ser brasileiro. Estar em dia com suas obrigações eleitorais e militares. Idade mínima de 18 anos. Ter nível de escolaridade ou habilitação legal para o exercício do cargo. Estar em gozo dos direitos políticos. Possuir aptidão física e mental.

METODOLOGIA DA PRÁTICA DIALÉTICA: Quadro de Análise Dialética

Políticas Sociais ou Instrumentos Legais – Estatuto do Magistério Municipal de Rio Verde						
Demanda	Processos sociais e / ou categorias identificadas a partir da demanda	Finalidade	Objetivo	Objeto	Objetivos operacionais	Objeto e sua relação com os processos sociais e / ou categorias imbricados na Questão Social
Plano de carreira e vencimentos do magistério da educação básica do município de Rio Verde	Qualificação profissional. Salário negociado pelo sindicato. Dedicção exclusiva. Violência institucional. Descomprometimento institucional com a educação. Assédio Moral. Exploração do trabalho. Poder discricionário, dentre outros.	A remuneração condigna atendendo, no mínimo, ao exposto neste Estatuto. Integração entre trabalho individual e a proposta pedagógica da escola. A melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. A capacitação profissional especialmente voltada a formação continuada com vistas na melhoria da qualidade de ensino. Outros direitos e vantagens compatíveis com a profissão.	Conjunto de normas que regulamentam, determinam e estabelecem a relação funcional dos servidores efetivos da administração pública.	Plano de carreira e vencimentos do magistério da educação básica do município de Rio Verde.	Planejar, organizar e executar o ingresso dar-se-á no quadro dos cargos de carreira que dar-se-á exclusivamente por concurso público de provas e títulos, e os cargos de provimento em substituição, que dar-se-á através de processo simplificado.	Qualificação profissional. Salário negociado pelo sindicato. Dedicção exclusiva. Violência institucional. Descomprometimento institucional com a educação. Assédio Moral. Exploração do trabalho. Poder discricionário, dentre outros.

METODOLOGIA DA PRÁTICA DIALÉTICA: Quadro de Análise Dialética

Políticas Sociais ou Instrumentos Legais – Lei n. 4691 de 2003 – dispõe sobre a Previdência Social dos Servidores do Município de Rio Verde / GO						
Demanda	Processos sociais e / ou categorias identificadas a partir da demanda	Finalidade	Objetivo	Objeto	Objetivos operacionais	Objeto e sua relação com os processos sociais e / ou categorias imbricados na Questão Social
Previdência Social e assistência a saúde aos servidores efetivos, ativos e inativos do município de Rio Verde.	Assistência a saúde e previdência. Aposentados e pensionistas. Auxílio reclusão, Auxílio doença. Aposentadoria por invalidez. Aposentadoria compulsória. Aposentadoria por tempo de serviço. Salário família. Salário maternidade. Auxílio acidente. Pensão por morte.	Previdenciária e de assistência a saúde.	Assegurar aos servidores de cargo efetivo do município, suas autarquias e fundações e câmara municipal, meios indispensáveis de manutenção por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, encargos familiares e, quanto aos seus dependentes, garantir benefícios por prisão ou morte do segurado.	Previdência e assistência a saúde aos servidores efetivos, ativos e inativos do município de Rio Verde.	Previdência social será financiada com recursos provenientes da contribuição do município, suas autarquias e fundações, câmara municipal e dos servidores referidos do art. 2 desta Lei, (servidores de cargo efetivo).	Assistência a saúde e previdência. Aposentados e pensionistas. Auxílio reclusão, Auxílio doença. Aposentadoria por invalidez. Aposentadoria compulsória. Aposentadoria por tempo de serviço. Salário família. Salário maternidade. Auxílio acidente. Pensão por morte.

METODOLOGIA DA PRÁTICA DIALÉTICA: Quadro de Análise Dialética

Políticas Sociais ou Instrumentos Legais – Lei Orgânica do Município de Rio Verde / GO						
Demanda	Processos sociais e / ou categorias identificadas a partir da demanda	Finalidade	Objetivo	Objeto	Objetivos operacionais	Objeto e sua relação com os processos sociais e / ou categorias imbricados na Questão Social
Autonomia política, administrativa e financeira nos termos das Constituições da República e dos Estados e desta Lei.	Territorialização. Eleição direta do prefeito, vice-prefeito e vereadores. Administração própria dos assuntos de seu interesse, especialmente no que se refere: a decretação e arrecadação dos tributos de sua competência, respeitados os limites impostos pelas Constituições da República e do Estado. Aplicação de suas rendas sem prejuízos de obrigação de prestar contas e publicar balancetes nos prazos e na forma da Lei, atendidas as normas do artigo 37 da Constituição da República. A organização dos serviços públicos locais.	Criação, organização, supressão e fusão de distritos com finalidade administrativa, na forma que a Lei complementar estadual estabelecer.	Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber e naquilo que dispuser aos seu peculiar interesse, visando adaptá-las a realidade local.	Autonomia política, administrativa e financeira nos termos das Constituições da República e dos Estados e desta Lei.	Legislar sobre assuntos de interesse local. Elaborar o orçamento anual e plurianual de investimento. Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas; criar, organizar, suprimir e fundir distritos. Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local incluindo transporte coletivo, que terá caráter essencial e conceder licença e exploração de taxis e fixar os pontos de estacionamento. Promover e disciplinar o transporte individual de passageiros, dentre outros.	Territorialização. Eleição direta do prefeito, vice-prefeito e vereadores. Administração própria dos assuntos de seu interesse, especialmente no que se refere: a decretação e arrecadação dos tributos de sua competência, respeitados os limites impostos pelas Constituições da República e do Estado. Aplicação de suas rendas sem prejuízos de obrigação de prestar contas e publicar balancetes nos prazos e na forma da Lei, atendidas as normas do artigo 37 da Constituição da República. A organização dos serviços públicos locais.

METODOLOGIA DA PRÁTICA DIALÉTICA: QUADRO DE ANÁLISE DIALÉTICA

INSTITUIÇÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE RIO VERDE - IPARV						
Demanda	Processos sociais e / ou categorias identificadas a partir da demanda	Finalidade	Objetivo	Objeto	Objetivos operacionais	Objeto institucional e sua relação com os processos sociais e / ou categorias imbricados na Questão Social
Universalidade da cobertura e do atendimento dos servidores efetivos, ativos e inativos do município de Rio Verde.	Assistência a saúde e previdência., aposentados e pensionistas, auxílio reclusão, auxílio doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria compulsória, aposentadoria por tempo de serviço, salário família, salário maternidade, auxílio acidente, pensão por morte.	Previdência Social e assistência a saúde aos servidores efetivos, ativos e inativos do município de Rio Verde.	Assegurar os direitos previdenciários e assistência a saúde dos servidores efetivos, ativos e inativos do município de Rio Verde.	Universalidade da cobertura e do atendimento dos servidores efetivos, ativos e inativos do município de Rio Verde.	Assegurar aos servidores de cargo efetivo e inativo do município, suas autarquias e fundações e câmara municipal, meios indispensáveis de manutenção por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, encargos familiares e, quanto aos seus dependentes, garantir benefícios por prisão ou morte do segurado.	Assistência a saúde e previdência, aposentados e pensionistas, auxílio reclusão, auxílio doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria compulsória, aposentadoria por tempo de serviço, salário família, salário maternidade, auxílio acidente, pensão por morte.

METODOLOGIA DA PRÁTICA DIALÉTICA: QUADRO DE ANÁLISE DIALÉTICA

SERVIÇO SOCIAL no IPARV						
Expressão que dá visibilidade à Questão Social para o Serviço Social no IPARV	Processos sociais e / ou categorias identificadas a partir da expressão da Questão Social posta para o Serviço Social	Finalidade do Serviço Social no IPARV	Objetivo do Serviço Social no IPARV	Objeto do Serviço Social no IPARV	Objetivos operacionais do Serviço Social no IPARV	Objeto do Serviço Social e sua relação com os processos sociais e / ou categorias imbricadas na Questão Social
Situações que demandam a Perícia Social e possam ameaçar os direitos dos servidores efetivos, ativos e inativos do município de Rio Verde e inclusão de estagiários curriculares de Serviço Social.	Auxílio doença, auxílio reclusão, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, reabilitação e habilitação profissional, aposentadoria por tempo de contribuição e IPARV assistência, supervisão curricular.	Ensino-aprendizagem e interlocução de direitos a partir da concretização do Projeto Ético-Político pela ocupação de espaços de resistência no enfrentamento à Questão Social pela ameaça a universalidade da cobertura do atendimento aos servidores efetivos, ativos e inativos do município de Rio Verde.	Garantir o ensino-aprendizagem e cumprimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social através dos processos de trabalho dos assistentes sociais no enfrentamento da Questão Social que possam ameaçar a universalidade da cobertura do atendimento aos servidores efetivos, ativos e inativos do município de Rio Verde.	Relações Sociais de agravamento e de superação da desigualdade social a partir da consolidação de espaços de resistência no enfrentamento as refrações da Questão Social que possam ameaçar o ensino-aprendizagem e os direitos dos servidores efetivos, ativos e inativos do município de Rio Verde.	<p>Realizar a interlocução de direitos através da Perícia Social e dos processos de trabalho dos assistentes sociais na garantia de direitos fundamentais dos servidores efetivos, ativos e inativos.</p> <p>Qualificar os processos de reabilitação e habilitação dos servidores efetivos às atividades laborativas em desvio de função para a sua permanência temporária, permanente ou aposentadoria.</p> <p>Propiciar condições dignas para o servidor no local de trabalho em desvio de função e / ou reabilitação para evitar o assédio moral¹, propiciando seu retorno ao mesmo mais instrumentalizado para enfrentar os desafios que possam surgir neste novo local.</p> <p>Articular Recursos para construir Redes Sociais ao atendimento dos servidores efetivos, ativos e inativos da assistência do IPARV para garantir a universalidade da cobertura prevista em Lei.</p> <p>Construir processos de trabalho com os servidores inativos para consolidar sua cidadania através de sua participação efetiva na condução e no uso do IPARV.</p> <p>Viabilizar a Sala de Espera de acolhimento de Informação Qualificada na Garantia de Direitos aos servidores à espera de atendimento no IPARV.</p> <p>Garantir espaços de Supervisão Curricular conforme a Lei de Estágios e regulamento da Instituição de Ensino.</p>	Auxílio doença, auxílio reclusão, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, reabilitação e habilitação profissional, aposentadoria por tempo de contribuição e IPARV assistência, supervisão curricular.

METODOLOGIA DA PRÁTICA DIALÉTICA: QUADRO DE ANÁLISE DIALÉTICA

INSTITUIÇÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE RIO VERDE - IPARV						
DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA						
Demanda	Processos sociais e / ou categorias identificadas a partir da demanda	Finalidade	Objetivo	Objeto	Objetivos operacionais	Objeto institucional e sua relação com os processos sociais e / ou categorias imbricadas na Questão Social
Auditoria de solicitação de exames do IPARV Assistência e Perícia Médica para verificar as condições de saúde dos servidores efetivos, ativos e inativos em auxílio doença do município de Rio Verde.	Assistência a saúde e previdência, auxílio doença, aposentadoria por invalidez, acidente de trabalho, pensão por morte.	Verificação de incapacidade para o serviço público e necessidade de exames específicos do servidor efetivo, ativo e inativo do município de Rio Verde.	Assegurar os direitos previdenciários e assistência a saúde dos servidores municipais efetivos, ativos e inativos do município de Rio Verde.	Auditoria de solicitação de exames do IPARV Assistência e Perícia Médica para verificar as condições de saúde dos servidores efetivos, ativos e inativos em auxílio doença do município de Rio Verde.	Inspeção médica oficial do IPARV realizada através de Perícia Médica, cujo resultado deverá ser encaminhado aos órgãos competentes. Será permitido em casos excepcionais atestado médico particular com firma reconhecida desde que homologado por médico oficial do IPARV. Submeter servidor em gozo de auxílio doença insuscetível de recuperação para sua atividade habitual a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade.	Assistência a saúde e previdência, auxílio doença, aposentadoria por invalidez., acidente de trabalho, pensão por morte.
SERVIÇO SOCIAL no DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA						
Expressão que dá visibilidade à Questão Social para o Serviço Social no Departamento de Perícia Médica.	Processos sociais e / ou categorias identificadas a partir da expressão da Questão Social posta para o Serviço Social	Finalidade do Serviço Social no Departamento de Perícia Médica	Objetivo do Serviço Social no Departamento de Perícia Médica	Objeto do Serviço Social no Departamento de Perícia Médica	Objetivos operacionais do Serviço Social no Departamento de Perícia Médica	Objeto do Serviço Social e sua relação com os processos sociais e / ou categorias imbricadas na Questão Social
Situações dos servidores efetivos para a execução de avaliações periciais relativa as suas condições de saúde em auxílio doença, invalidez e pensão por morte, aos seus dependentes do município de Rio Verde.	Auxílio doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte..	Implementar e consolidar o Projeto Ético-Político do Serviço Social na execução das avaliações periciais no enfrentamento da Questão Social explicitadas na vida dos servidores efetivos do município de Rio Verde.	Implementar e consolidar a Perícia Social através dos processos de trabalho dos assistentes sociais articulados com os Fundamentos do Serviço Social que possibilite a avaliação de diversos parâmetros de responsabilidade coletiva na violação de direitos dos servidores efetivos do município de Rio Verde.	Relações Sociais de agravamento da desigualdade social e ou de resistência através da superação de situações que possam ameaçar os direitos dos servidores efetivos do município de Rio Verde.	Apropriar-se da real situação de doença do servidor e de seus familiares, se for o caso, para a busca de tratamento especializado de acordo com a patologia apresentada. Avaliar as condições de saúde do servidor efetivo em situação de licença médica para o requerimento de aposentadoria por invalidez. Avaliar o grau de dependência financeira dos ascendentes e descendentes do servidor efetivo em situação de morte, para o requerimento de pensão por morte.	Auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.